

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Reprodução



Empresa ligada ao BTG pagou R\$ 60 milhões em leilão

Bennett: terreno comprado antes de licença para corte

Uma empresa ligada ao BTG Pactual desembolsou R\$ 60 milhões para comprar o prédio e o terreno do antigo Instituto Bennett, no Flamengo, Zona Sul do Rio, 13 meses antes de saber se poderia fazer construções no local. A compra, em leilão judicial, foi em 29 de julho de 2024; a autorização para o corte de 71 árvores do terreno de quase 14 mil metros quadrados seria concedida pela Prefeitura do Rio em 25 de agosto de 2025.

O Auto de Arrematação da Vara Regional Empresarial de Porto Alegre revela que existiam prédios tombados no local, “incluindo todas as árvores inseridas dentro do Lote”. Ao tomar o prédio, em 2014, o prefeito Eduardo Paes decretou que as árvores eram “imunes ao corte”.

Fins paisagísticos

A autorização para o corte das árvores, que viabilizou o uso do terreno para a construção de dois prédios, foi concedida pela Subsecretaria de Controle e Licenciamento Ambiental da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. O órgão aprovou o relatório de Michelle de Oliveira Ribeiro. Ela não citou o tombamento e alegou que as árvores haviam sido plantadas com fins paisagísticos. A derrubada das árvores ocorreu no penúltimo dia de 2025.

Reprodução de redes sociais



Terreno depois da derrubada de 71 árvores

‘Stalking horse’

O leilão do terreno fez parte do processo de recuperação judicial de entidades da Igreja Metodista, que mantinha o Bennett.

O Auto de Arrematação, cita que o leilão foi realizado na modalidade de “stalking horse”, quando um interessado na compra do bem faz uma oferta antes do início do pregão e se compromete a pagar este preço.

O prédio foi comprado pela Stans 01 S.A., empresa que tem na direção pessoas ligadas ao BTG e que fora criada menos de dois meses antes, com capital de R\$ 100,00.

Sócios

De acordo com o Auto de Arrematação, a Stans 01 foi indicada como primeira proponente no lugar da Newview 43 Gestão Patrimonial Ltda. Segundo o site da Receita Federal, a Newview tem como sócio e diretor o empresário Rogério Chor, sócio do BTG na construção dos prédios no terreno da antiga sede do Bennett, antes conhecida como Pavilhão São Clemente.

Nome e capital

Documentos consultados pelo Correio Bastidores no site da Junta Comercial de São Paulo mostram que, em dezembro de 2024, a Stans 01 mudou seu nome para São Clemente S.A. e aumentou seu capital para R\$ 67.583.755,00 (em outubro, este valor subiu para R\$ 81.241.344,00).

Citação

Como a coluna publicou no site do Correio na última segunda-feira, o Ministério Público do Rio decidiu citar pessoalmente Eduardo Paes para ter acesso aos processos que permitiram a derrubada das árvores. Irmão do prefeito, Guilherme da Costa Paes é sócio e um dos diretores do BTG Pactual.

Recomendação

O promotor Carlos Frederico Saturnino fez uma recomendação ao prefeito para que suspenda temporariamente “qualquer corte de vegetação, demolição, obra ou qualquer intervenção modificadora” no prédio. O integrante do MP voltou a solicitar o envio dos processos relacionados ao licenciamento da obra.

Sem brechas

A indicação do senador Rogério Marinho (PL-RN) para coordenar a campanha presidencial do colega Flávio Bolsonaro (PL-RJ) foi vista por integrantes do Centrão como uma forma de reforçar a ideia de que a candidatura é mesmo pra valer. Jair Bolsonaro quer cercar o filho por todos os lados, sem deixar quaisquer brechas.

Armadilha

A determinação do ex-presidente é tanta que levou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), a cancelar a visita que faria hoje a Bolsonaro. Evitou assim cair numa armadilha: ouvir do próprio Jair que sua reeleição para o governo paulista é por ele considerada “fundamental”.

Sem Papudinha

A antecipação do que Bolsonaro diria ao governador foi feita, anteontem, por Flávio. O primogênito do ex-presidente ainda reforçou que a candidatura de Tarcísio ao Planalto estava descartada. Logo depois dessas declarações, o governador tratou de dar um jeito de cancelar o passeio na Papudinha.



Até decisão da justiça europeia, acordo fica suspenso

Europa congela acordo com Mercosul

Decisão do Parlamento Europeu vai atrasar início do tratado

Por Beatriz Matos

A decisão do Parlamento Europeu de submeter o acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul ao exame do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) impôs um novo freio à tramitação do tratado assinado no último sábado (17), no Paraguai, após mais de duas décadas de negociações.

A medida, aprovada por margem apertada, tende a alongar o processo europeu e repercute diretamente no Brasil, onde o texto também precisará passar pelo Congresso Nacional.

O novo entrave ocorre poucos dias após uma ofensiva diplomática liderada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que buscou consolidar o acordo como prioridade estratégica do Brasil.

Embora tenha sido apontado por autoridades europeias como um dos principais articuladores políticos do tratado, Lula agora vê o processo avançar para uma etapa fora do alcance da negociação diplomática, concentrada no crivo jurídico das instituições europeias.

Revisão

O pedido partiu de mais de 140 eurodeputados, majoritariamente da esquerda e dos verdes, que questionam a compatibilidade jurídica do acordo com os tratados fundadores da União Europeia.

Entre os pontos levantados estão a divisão do tratado em dois instrumentos: um político, que exige ratificação dos parlamentos nacionais, e outro estritamente comercial — e mecanismos que permitem pedidos de compensação e indenizações por parte dos países do Mercosul.

Segundo a advogada Daniela Poli Vlavianos, sócia do Poli Advogados e Associados, o envio ao TJUE “significa a submissão formal do texto a um controle de compatibilidade jurídica com os tratados fundadores da União Europeia”. Ela ressalta que, embora o procedimento tenha natureza jurídica, seus efeitos são concretos.

“Não se trata de uma mera formalidade. O Tribunal pode entender que determinadas cláusulas violam os tratados europeus, o que, na prática, coloca o texto em risco”, avalia ela.

De acordo com o próprio tribunal europeu, pareceres desse tipo costumam levar entre 18 e 24 meses. Durante esse período, a tramitação política fica suspensa. Para Daniela Poli, “caso o parecer seja favorável, o acordo retorna ao fluxo normal”, mas, se forem identificados vícios jurídicos, “o texto precisará ser revisto”.

A paralisação traz efeitos imediatos para o Mercosul, especialmente para o Brasil. “No curto prazo, gera insegurança jurídica e frustração de expectativas econômicas”, avalia a advogada.